

2 — Habilitações Literárias e Formação profissional:

2009 — Mestrado em Administração Pública, vertente Gestão e Políticas Públicas — fase curricular terminada, estando pendente a dissertação da tese, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa.

De 7 de outubro de 2014 a 20 de janeiro de 2015 — Diploma de Especialização em Ciências Jurídico-Administrativas na Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA

De 4 de outubro de 2012 a 18 de dezembro de 2012 — Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA

De 13 de outubro de 2008 a 3 de abril de 2009 — CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública, na Universidade do Minho/Escola de Economia e Gestão.

2004 — Licenciatura em Direito, pela Universidade Moderna

3 — Experiência Profissional:

Desde abril de 2010 até à presente data — Coordenadora do Gabinete Jurídico dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública (SSPSP), desempenhando todas as funções inerentes a um Gabinete Jurídico, nomeadamente, assessoria à Direção dos SSPSP, Recursos Humanos, Contencioso, Habitação Social, Gabinete de Ação Social, Caixa Económica; representação dos SSPSP em juízo nas ações em que estes Serviços são parte. É igualmente responsável pelo Gabinete de Apoio ao Endividamento dos SSPSP.

Desde março de 2005 até março de 2010 — Consultora Jurídica na Direção de Serviços Jurídicos e do Contencioso, da Secretaria-Geral do então Ministério da Economia e da Inovação, com desempenho de todas as funções inerentes, tais como: assessoria jurídica aos membros do Governo, bem como aos demais serviços do Ministério no âmbito da prestação centralizada de serviços; elaboração de pareceres e informações jurídicas; elaboração de projetos de diplomas legais; emissão de pareceres sobre recursos interpostos para os membros do Governo e demais serviços do Ministério; representação em juízo, nos tribunais administrativos, relativamente a processos contenciosos da área do Ministério. Exerceu ainda funções de substituição da Diretora de Serviços por motivos de férias da titular e foi membro de Júri de concursos de pessoal.

De maio de 2003 a março de 2005 — desempenho de funções no Gabinete de Apoio aos Membros do Governo, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

De julho de 1997 a maio de 2003 — desempenho de funções de apoio e secretariado no Conselho da Concorrência, no Ministério da Economia, podendo referir-se a colaboração nas notificações e comunicações referentes aos processos de contraordenação, apreciação prévia e operações de concentração; a atuação, juntadas e registo dos processos de contraordenação, apreciação prévia e operações de concentração nos respetivos livros; atendimento ao público, serviços de protocolo, economato.

De janeiro de 1992 a julho de 1997 — exercício de funções de apoio administrativo aos Membros do Governo, na Repartição de Expediente Geral, Secção de Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Economia.
310388667

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 3636/2017

Considerando a vacatura do cargo de Diretor-Geral de Energia e Geologia, pela cessação de funções a 11 de abril de 2017 do seu titular, torna necessário e urgente proceder à designação em regime de substituição de novo titular de forma a assegurar o normal funcionamento do serviço.

Considerando a importância da missão e das atribuições confiadas à Direção-Geral de Energia e Geologia e a consequente necessidade de assegurar o seu mais eficiente funcionamento.

Considerando que o mestre Mário Jorge Ferreira Guedes possui a idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público adequados para o exercício das funções de Diretor-Geral de Energia e Geologia:

Assim:

Ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 130/2014 de 29 de agosto e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, no uso dos poderes que me foram delegados através do Despacho n.º 2983/2016, de 17 de fevereiro, do Senhor Ministro da Economia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2016:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de Diretor-Geral de Energia e Geologia o mestre Mário Jorge Ferreira Guedes, cuja nota curricular anexa ao presente despacho, evidencia

a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções respetivas.

2 — A presente designação produz efeitos a 12 de abril de 2017.

11 de abril de 2017. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

ANEXO

Nota curricular

I — Mário Jorge Ferreira Guedes

II — Habilitações Académicas

Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade do Minho;
Licenciatura em Engenharia de Minhas e Geoambiente pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

III — Certificações e Entidades Profissionais

Responsável Técnico de Pedreiras — classe A — pela Direção-Geral de Energia e Geologia;

Membro da Ordem dos Engenheiros;

Membro do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM);

Membro do Society for Mining, Metallurgy, and Exploration (SME);

Membro do The Institute of Materials, Minerals and Mining (IOM3).

IV — Atividade Profissional

Membro do Conselho de Administração da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.;

Técnico Especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Energia;
Diretor de Projeto na empresa PP-Minerais;

Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.;

Vogal do Conselho de Administração da EDMI, S. A.;

Consultor na área de Avaliação de Risco Industrial e Ambiental;

Consultor na área de regularização de Sinistros para o ramo Segurador;

Consultor em Avaliação Imobiliária;

Diretor de Produção na empresa Cimcola L.ª

310442214

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4630/2017

Nos termos do estatuído nos n.ºs 5 e 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 21 de março de 2017, foi homologada a avaliação final do período experimental do trabalhador Cristiano Didiério Rebelo Lucas, na carreira/ categoria de técnico superior, na sequência da celebração com esta Secretaria-Geral de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O referido período experimental foi concluído com sucesso, tendo-lhe sido atribuída a classificação de 17,00 valores, de acordo com o processo de avaliação previsto no n.º 3 do artigo 46.º da LTFP.

23 de março de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

310378225

AMBIENTE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3637/2017

Considerando que a Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, estabelece, no seu artigo 49.º, um limite máximo com os encargos resultantes dos contratos de aquisi-